



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

RESPOSTA

RESPOSTA AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 631/2022/CEL/SUPEL/RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 0026.068717/2022-84

INTERESSADO: Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS.

OBJETO: Contratação de empresa especializada no gerenciamento e prestação de serviço de alimentação, por meio de todas as atividades e logística envolvidas na produção e distribuição de até 1.500 (mil e quinhentas) refeições diárias, na sede do restaurante popular prato fácil, na cidade de Porto Velho, pelo período de 30 (trinta) meses, incluindo a disponibilização de equipamentos, utensílios, maquinários e mobiliários, conforme condições estabelecidas neste instrumento.

A Superintendência Estadual de Licitações – SUPEL, por meio da Pregoeira nomeada na Portaria nº 149/2022/SUPEL-CI, publicada no DOE de 03/10/2022, vem neste ato apresentar de resposta ao Pedido de Impugnação apresentado pela empresa **NA BRASA ESPETARIA LTDA**, encaminhados por meio eletrônico para esta **Superintendência Estadual de Licitações - SUPEL/RO**, que procedeu à análise do pedido de impugnação, em relação aos termos do Edital do **Pregão Eletrônico Nº 631/2022/CEL/SUPEL/RO**, informando o que se segue:

1.DA TEMPESTIVIDADE DO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO:

O aviso de licitação referente ao **Pregão Eletrônico Nº 631/2022/CEL/SUPEL/RO**, foi publicado no Diário Oficial do Estado de Rondônia em **25.10.2022**, com data de abertura marcada para o dia **10.11.2022**. De acordo com o **subitem 3.1** do Edital, que fixa em até **03 (três) dias úteis** antes da data de abertura da sessão pública o prazo para impugnar. Dentro do prazo estabelecido, este foi encaminhado por meio de mensagem eletrônica, portanto, encontrando-se **TEMPESTIVO**.

2.DO ARGUMENTO DA LICITANTE:

Em suas razões, conforme previsto no Pedido de Impugnação acostado aos autos, a empresa apresenta o seguinte questionamento, em síntese:

“ a) Pela ampliação da competitividade, seja realizado a alteração no subitem 13.81.1 “b”, pela solicitação das empresas interessas para apresentarem de atestados por períodos **não inferior a entrega de no mínimo de até 300 refeições dias, equivalente a 20% (vinte por cento) do quantitativo estimado, e por um período mínimo de 03 (três) meses.** ”

3.DA RESPOSTA AO QUESTIONAMENTO APRESENTADO:

Esta Comissão, reportou os autos ao setor responsável pela elaboração do Termo de Referência o qual proferiu resposta por meio da Resposta Impugnações SEAS-GC Id. SEI! 0033282651.

Nesse sentido, a SEAS-GC promoveu a juntada de novos documentos aos autos, em atenção ao questionamento apresentado pela licitante, temos a expor o que se segue:

A comprovação da qualificação técnica na licitação guarda previsão legal no artigo 30, II, da Lei 8.666/1993 e regulamentação na Orientação Técnica da SUPEL nº 001/2017. Esta prevê que licitações com valores acima de R\$ 650.000,00 devem apresentar Atestado de Capacidade Técnica compatível em características e quantidades.

Referente à porcentagem a ser exigida, destacamos o Acórdão 2696/2019: Primeira Câmara, relator: Bruno Dantas, que dispõe sobre a irregularidade da exigência de atestado de capacidade técnica com quantitativo mínimo superior a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar, exceto se houver justificativa técnica plausível.

Ademais, nessa seara, frisamos a Súmula TCU n. 263, que estabelece:

[...] é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, **devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto** a ser executado. (Grifamos.)

Desta forma, cabe ressaltar que os percentuais exigidos para esta contratação, de 30% (trinta por cento), tanto para quantidade quanto para prazo, acatam os entendimentos estabelecidos pelo TCU. Resguardando, ainda, razoabilidade proporcional à dimensão e complexidade do serviço, uma vez que o valor contratual total é de R\$ 17.470.523,56 (dezessete milhões, quatrocentos e setenta mil quinhentos e vinte e três reais e cinquenta e seis centavos), e que visa a distribuição de até 34.500 refeições por mês, por um período de 30 meses.

Portanto, se compete à Administração Pública exigências indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações do contrato, esta Secretaria entende que as frações requeridas se apresentam razoáveis à demonstração de capacidade dos licitantes em executar o serviço pretendido, de modo a acautelar o erário.

Assim, os quantitativos pretendidos pela licitante estão muito aquém daquele a ser executado, sendo inconsistentes com a dimensão do serviço, o que exporia a Administração ao risco desnecessário de uma contratação que restasse infrutífera.

Por fim, salientamos que todos os atos praticados no âmbito desta superintendência observam as disposições legais atinentes ao procedimento licitatório, visando sempre a satisfação do interesse público, especificamente na busca da contratação mais vantajosa à administração.

4. DA DECISÃO:

Diante do exposto, entendemos pelo prosseguimento do certame, dando **IMPROVIMENTO** a impugnação interposta pela licitante, consubstanciados na manifestação apresentada pela SEAS-GC, essa comissão julga pela improcedência do pedido de alteração do subitem 13.8.1.1 "b" do edital.

Dê ciência às licitantes, após divulgue-se esta decisão junto ao site www.supel.ro.gov.br, bem como se procedam às demais formalidades de publicidade determinadas em lei.

Portanto, esclarece esta Pregoeira, que o Edital e seus anexos permanecem inalterados. Ademais, **informa-se que a sessão de abertura permanece agendada para o dia 10/11/2022 às 10:00h horário de Brasília.**

Eventuais dúvidas poderão ser sanadas junto a Pregoeira e equipe de Apoio, através do telefone (69) 3212-9269, ou no endereço sito a Av. Farquar S/N – Bairro Pedrinhas – Complexo Rio Madeira, Ed. Central – Rio Pacaás Novos 2º Andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.903.036.

BRUNA GONÇALVES APOLINÁRIO

Pregoeira CEL/SUPEL



Documento assinado eletronicamente por **Bruna Gonçalves Apolinário, Pregoeiro(a)**, em 01/11/2022, às 12:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0033334227** e o código CRC **5EEB5BAE**.

Referência: Caso responda este(a) Resposta, indicar expressamente o Processo nº 0026.068717/2022-84

SEI nº 0033334227